



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 28 - julho de 2022

<http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2022i28p138-152>

A “Retórica” Neoliberal

The Neoliberal “Rhetoric”

*Jean Pierre Chauvin**

RESUMO

No século XX, a linguística, a estilística e, mais tarde, os estudos em torno da filosofia da linguagem propiciaram a sobrevivência da arte retórica e passaram a rediscutir seus usos, combinados a diversas áreas do saber. Neste artigo, resgatam-se algumas acepções da arte de persuasão, levando em consideração: 1. os sentidos vinculados ao termo, entre a Antiguidade grega e o século XVIII; 2. os usos dessa técnica, durante o século XIX; e o entrelugar da arte de persuadir a partir dos anos de 1930. Delimitado o termo, pretende-se problematizar o uso enviesado de conceitos como meritocracia, concorrência, liberdade e empreendedorismo – pilares do discurso neoliberal, que vigoram pelo menos desde a década de 1980. Um dos objetivos do ensaio é discutir o emprego do termo retórica com o sentido que ele passou a veicular em nosso tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Retórica; Neoliberalismo; Ideologia; Discurso; Técnica

ABSTRACT

Along the twentieth century Linguistics, Stylistics and, later, language philosophy fostered the survival of rhetorical art, and started rediscussing its usage linked to many fields of knowledge. In this essay we rescue different senses of Rhetoric, considering: 1. the meanings associated with this word, between Greek Antiquity and the seventeenth century; the usage of this technique during the nineteenth century; and the in-between of the art of persuasion as from the 1930s. After this delimitation, we intend to problematize the biased use of concepts such as meritocracy, meritocracy, competition, freedom and entrepreneurship – pillars of the liberal discourse, which have been in force at least since the 1980s. One goal of this essay is to discuss the use of the word ‘rhetoric’ in the sense it has acquired nowadays.

KEYWORDS: Rhetoric; Neoliberalism; Ideology; Discourse; Technique

*Universidade de São Paulo, USP; Escola de Comunicações e Artes – São Paulo – SP – Brasil – tupiano@usp.br

*You won't get what you deserve
You are what you take.*
(ELDRITCH; STEINMAN, 1990)¹

Os manuais de introdução à retórica são unânimes ao afirmar que essa arte nasceu cinco séculos antes da era cristã, na Sicília¹ – território que pertencia ao que hoje denominamos imprecisamente como “Grécia antiga”. Como se sabe, em suas origens a arte retórica contemplava um conjunto de técnicas² empregadas para dirimir questões decorrentes de desacordos de cunho comercial – mais especificamente, disputas de terras e termos relativos ao escambo de mercadorias. John Bender e David Wellbery lembram que

O discurso retórico adere ao poder e à propriedade. De fato, Cícero diz que Aristóteles refez a origem da retórica, codificada no tempo que se seguiu à expulsão dos tiranos (467 a.C.), quando antigos exilados recorreram à assistência dos especialistas Corax e Tisias para reaver suas terras, confiscadas durante sua ausência. Sem dúvida, aqueles sicilianos escreveram discursos para seus clientes memorizar, mas também formularam regras em geral para a prática com que Corax estabeleceu o que se sabe ser o primeiro manual sobre a ‘arte’ da (BENDER; WELLBERY, 1990, p. 7).³

De modo geral, o nascimento da retórica costuma ser atrelado aos sofistas – que foram severamente questionados no diálogo *Górgias*, de Platão. Apesar da fama injusta que a palavra ainda evoca em nossos dias, Olivier Reboul defende, com razão, que devemos a eles “[...] a ideia de que a verdade nunca passa de acordo entre

¹ “Você não terá o que merece. Você é o que toma (obtem).” (ELDRITCH; STEIMAN, 1990, faixa 7 – tradução minha).

¹ Os primeiros advogados foram os intelectuais chamados de sofistas, pois professavam o emprego da sabedoria para intervir em favor do destino das vítimas espoliadas. Rapidamente, eles venderam seus préstimos a todas as causas, o que Platão lhes reprovou [...]. A condenação de Platão foi determinante na história da retórica. Ora assimilada à propaganda, ora à sedução, a retórica tem sido, a partir daí, frequentemente reduzida à manipulação dos espíritos pelo discurso e pelas ideias, enquanto à filosofia coube liberá-los, como aos prisioneiros da Caverna. (MEYER, 2007, p. 19).

² O sufixo grego *-ik-*, de *rhetoriké*, e *-ic-*, em latim e português, *rhetorica*, que se acha em nomes de outras coisas consideradas fundamentais, como dialética ou cosmética, remete à ideia grega de *tékhne*, ‘técnica’. Como técnica, ‘retórica’ relaciona-se à fala – não a qualquer uma, mas à inventada e ordenada segundo técnicas de escorrer ou discorrer com eficácia persuasiva do falar bem definido como *bene dicendi* por Cícero e Quintiliano. (HANSEN, 2013, p. 11).

³ “Rhetorical speech adheres to power and property. Indeed, Cicero tells us that Aristotle traced the origin of codified rhetoric to a time, following the expulsion of the tyrants (467 B.C.), when confusion over the title to confiscated property formerly held by returning exiles led the claimants to employ the expert assistance of Corax and Tisias. These Sicilians no doubt wrote speeches for their clients to memorize but also devised general rules of practice that Corax set down in his, the first known, handbook ‘art’ of rhetoric”.

interlocutores, acordo final que resulta da discussão, acordo inicial também, sem o qual a discussão não seria possível.” (REBOUL, 2000, p. 9). Superando as controvérsias defendidas pelo mestre, no final do século IV Aristóteles sistematizou os preceitos e usos da arte da persuasão, articulando as dimensões do orador (*éthos*), do discurso (*logos*) e de seu efeito no auditório (*páthos*), distinguindo três gêneros da retórica: o judiciário (que examina as causas do passado), o deliberativo (que decide sobre as matérias futuras) e o demonstrativo (que descreve pessoas e ações no tempo presente).

Três séculos depois, Cícero retomou a divisão da arte, discorrendo sobre a *Tria officia*: convencer (*docere*), comover (*movere*) e agradar (*delectare*). Na mesma época, Quintiliano compilou os usos da técnica retórica nos 12 livros da *Instituição Oratória*, segundo o pressuposto de que a retórica era a arte de bem dizer, praticada por homens virtuosos. As lições de Aristóteles, Cícero e Quintiliano serviram de modelo para os tratados de retórica e poética que circularam entre os séculos IV e XVIII: de Caio Júlio Vítor (*Arte Retórica*) a Candido Lusitano (*Arte Poética, ou Regras da Verdadeira Poesia em Geral*); de Santo Agostinho (*Doutrina Cristã*) a Frei Diego Valadés (*Retórica Cristiana*).

Algo que distingue os tratados de persuasão, até o final do século XVIII, dos manuais de eloquência que circularam durante os Oitocentos é que, até o Setecentos, não se fazia estrita distinção entre *arte* e *técnica*. Quer dizer, as artes de falar, de vestir e de agir reuniam um conjunto de procedimentos, um sistema de técnicas aplicadas com diferentes graus de especificidade, em situações variadas, sem que se perdesse de vista o tipo de ambiente (público ou privado; plebeu ou cortesão; particular ou coletivo; popular ou erudito; mundano ou sagrado), a característica do auditório (homogêneo ou heterogêneo; vulgar ou discreto; leigo ou douto) e o contexto em que a tarefa era performada (específico ou geral; favorável ou adverso; harmônica ou crítica etc.).

De fato, a partir do século XIX é que a palavra *arte* passou a significar contraponto à *técnica*, à ciência, à filosofia e a outros saberes. As consequências foram duas: 1) o polímata cedia lugar ao especialista; o sábio perdia terreno para o técnico; a arte de persuadir era reduzida a um amontoado de regras, reservadas à boa elocução – uma das cinco partes da antiga retórica (Invenção, Disposição, Elocução, Memória e Ação); 2) a retórica, até então reconhecida como instituição – sistema de lugares-comuns⁴, artificios e convenções que aprimoravam o bem falar e a habilidade

⁴ Os *topoi*, bem como esquemas metafóricos largamente usados pelos antigos poetas, transformaram-se em clichês de emprego universal na literatura. A partir da Renascença, principalmente, e até o fim do

persuasória –, passou gradativamente a ser percebida e aplicada como adorno discursivo. Ausentes as categorias de linhagem que distinguiam a antiga nobreza, o “falar bem” implicava reforçar os códigos e cacoetes de linguagem com vistas a distinguir bacharéis de não diplomados, profissionais liberais de profissionais mecânicos; doutores de aprendizes etc.

Em suma, durante os Oitocentos, a antiga arte voltou a ser posicionada sob o crivo moralista de Platão. Obviamente, o que acontecia naquele tempo era apenas um arremedo da *tékhnē rhetoriké*⁵ ensinada por Aristóteles 23 séculos antes. No que diz respeito ao Brasil, a retórica perseverou como conhecimento reservado às elites, entre o colégio e os espaços distintos da Corte. Roberto Acízelo de Souza (2015, p. 185) registra que “[...] a primeira aula régia de retórica da colônia se instala no Rio de Janeiro em 1782, tendo sido nomeado para a cadeira o bacharel e poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga”. Depois disso, há “[...] ampla documentação sobre o ensino de retórica no sistema escolar nacional que aos poucos foi sendo implantado após a independência”.

De um lado, a retórica foi chancelada como recurso útil à oratória de profissionais liberais, especialmente advogados, e homens públicos que fazem uso de artimanhas do discurso na tribuna jurídica, no púlpito e ao redigir contratos e documentos oficiais. De outro lado, a oratória passou a ser confundida com a pompa em enunciar coisas vazias, alvo recorrente de pasquins e sátiras literárias. Maria Nazaré Lins Soares (1968) mostrou como a ficção machadiana é repleta de tipos pseudoeloquentes, hábeis em não se fazerem entender pela maioria das pessoas de seu convívio⁶. O que há de comum entre Brás Cubas⁷, Bento Santiago⁸ e o Conselheiro Marcondes Aires? São tipos ricos e ociosos: diplomatas ferinos (de)formados em Direito. Também há figuras-sínteses deles em contos como “As bodas de Luís Duarte”, “Teoria do Medalhão” e “O Alienista” – para ficar em poucos exemplos.

século XVIII, o valor de uma obra era medido por sua maior ou menor conformação aos modelos antigos, tomados como padrão para cada gênero. (SOARES, 1968, p. 4). [...] como disse Cícero no século I a.C., repetido por Erasmo de Roterdã no século XVI, o lugar era como um molde definido como ‘sede do argumento’ que se memorizava e que se aplicava para escrever bem. (HANSEN, 2012, p. 159-160).

⁵ A *tékhnē rhetoriké* inclui-se na *praktiké*, como técnica da *doxa*, ou técnica que põe em cena a opinião contingente, mas também tem relação com a *poietiké*, pois, sendo técnica, também é um fazer. (HANSEN, 2013, p. 31).

⁶ Machado ridicularizou, através da sua [obra], todos aqueles que se compraziam em erguer no vazio estruturas verbais grandiloquentes, pensando com isso estar fazendo literatura. (SOARES, 1968, p. 5-6).

⁷ E foi assim que desembarquei em Lisboa e segui para Coimbra. A Universidade esperava-me com as suas matérias árduas; estudei-as muito mediocremente, e nem por isso perdi o grau em bacharel; deram-me com a solenidade do estilo, após os anos da lei. (ASSIS, 2019, p. 98).

⁸ A imaginação foi a companheira de toda a minha existência, viva, rápida, inquieta, alguma vez tímida e amiga de empacar, as mais delas capaz de engolir campanhas e campanhas, correndo. (ASSIS, 2014, p. 177).

Caso o leitor do Segundo Império fosse incapaz de decifrar todas as charadas machadianas, certamente não restariam dúvidas de quão ridículos, cafonas e violentos eram alguns concidadãos da velha república, quando ele topasse com a obra de Lima Barreto. Por sinal, um dos libelos mais eloquentes contra o ufanismo pseudonacionalista e a linguagem pernóstica, utilizada pelos bacharéis saudosos do Império, está em *Os Bruzundangas*:

Os mais escrupulosos escrevem uns mofinos artigos e tomam logo uns ares de Shakespeare; alguns publicam livros estafantes e solicitam dos críticos honrosas referências; outros, quando já empregados no ministério, mandam os contínuos copiar velhos ofícios dos arquivos, colam as cópias com goma arábica em folhas de papel, mandam a coisa para a Tipografia Nacional do País, põem um título pomposo na coisa, são aclamados historiadores, sábios, cientistas e logram conseguir boas nomeações. (LIMA BARRETO, 1998, p. 62).

Os capítulos do livro poderiam ser interpretados como paródia local capaz de remeter o leitor avisado aos ensaios satíricos de Jonathan Swift, que circularam em panfletos em meados do século XVIII. Nas primeiras décadas do século XX, especialistas se empenharam em desidratar o que restou da *elocutio* (elocução), substituindo-a por técnicas rasteiras comerciais e aprimoramento da autoimagem. A contraposição entre *técnica* e *arte* nunca foi tão evidente. Na academia, a retórica foi parcialmente absorvida pela linguística e, posteriormente, incorporada em métodos empregados na análise do discurso, sendo finalmente justaposta a teorias da argumentação. Em termos comerciais, a oratória cedeu lugar ao aconselhamento meramente utilitário, aplicado em áreas tão distantes e distintas quanto a publicidade, a política e a autoajuda, em nome do pragmatismo capital *versus* o idealismo do sonhador.

Pelo menos desde os anos de 1930, assistimos a micropartículas da antiga oratória serem utilizadas de modo leviano e superficial, desconexo e enviesado em *best-sellers* que, ainda hoje, pretendem ensinar, dentre outras coisas, a como fazer amigos, conquistar pessoas e seduzir clientes⁹; ou como derrotar os adversários e desprezar a opinião dos outros¹⁰; ou ainda, como adquirir o poder de redigir sentenças para uma comunicação eficiente e eficaz¹¹. Duas premissas caracterizam a maior parte desses

⁹ *Como fazer amigos e influenciar pessoas*, de Dale Carnegie, foi publicado originalmente em 1936.

¹⁰ *A sutil arte de ligar o f*da-se*, de Mark Manson, foi traduzido no Brasil em 2017.

¹¹ O livro de Stanley Fish, *Como escrever e ler uma sentença*, traz uma citação atribuída ao próprio autor na capa: “Se você conhece sentenças, conhece tudo”. Emblematicamente, o terceiro capítulo intitula-se

livros de autoajuda: 1) vender ideias prontas de como ser bem aceito pelas pessoas (ou seja, clientes em potencial) e bem-sucedido na vida (quer dizer, nos negócios); 2) enriquecer os autores e editores desses guias.

Evidentemente, a iniciativa pessoal não se limitou ao pequeno-grande mundo dos negócios. Como sabemos, a partir dos anos de 1980, o modelo gerencial, de cariz tecnocrático e sanha inovadora, invadiu a universidade, transformando gradativamente o espaço da pluralidade e dos saberes em uma grande arena concorrencial, forjada pela mesmice empreendedora, onde se naturaliza a luta de todos contra todos. Quanto menor o investimento em pesquisa e formação de pessoal, mais se amesquinha a disputa por verbas, títulos e cargos comissionados, que começa nas unidades, invade os departamentos e contamina a relação profissional entre professores, pesquisadores e alunos.

Se os manuais de autoajuda subestimam o consultante, o neoliberalismo é, por definição unidimensional, antifilosófico e anticultural. Só numa neocolônia como o Brasil, tipos rasos e questionáveis que sobrevivem de *likes*, *shares*, *hits* e *best-sellers* (com teor equivocado, agressivo e irrelevante), continuam a ser considerados “pensadores”. Ao lado de figuras questionáveis, subjaz o deslumbramento com as tecnologias, consideradas como sinais da modernização – uma das palavras-chave do neoliberalismo. David Harvey ressalta que:

A teoria neoliberal da mudança tecnológica se sustenta nos poderes coercivos da competição para levar à busca de novos produtos, de novos métodos de produção e de novas formas organizacionais. Mas esse impulso se incorpora a tal ponto no senso comum dos empreendedores que se torna um fetiche: a crença de que para todo e qualquer problema há um remédio tecnológico. (HARVEY, 2014, p. 79).

Seria ingênuo desvincular os novos comportamentos pessoais das mudanças relacionadas ao mundo corporativo. Talvez, por isso mesmo, seja possível encontrar pessoas que aceitam, acriticamente, a falácia de que *postulantes ao governo* poderiam ser *não políticos*. Negar a condição de candidato a um cargo político pode seduzir uma fatia do eleitorado que se considera orgulhosamente apolítica, afinal “todos os políticos são iguais”. Uma vez que assumem o posto, sob a chancela da indústria e do comércio, com apoio da chamada “grande” mídia, e sob o aplauso de grande faixa da classe média,

“Não é o pensamento que conta”.

esses “gestores” mostram a que vieram. Os pilares do neoliberalismo aparecem sem demora. Começam os ataques aos direitos adquiridos; a cobrança de novos impostos; o sucateamento de órgãos públicos e o anúncio de privatizações – o que atinge hospitais, escolas, áreas de lazer e cultura, saneamento básico etc.

Não podemos subestimar o poder da palavra em benefício da postura conservadora, quando não reacionária. Atritando *coaching*, política e religião, grassam *slogans* absolutamente piegas como “força, foco e fé”. Repare-se que a sonoridade é fundamental para que a mensagem não só seja absorvida, mas reproduzida e defendida pelos eleitores. São dois dissílabos iniciados pela fricativa (“f”) emendados pela conjunção (“e”) e a palavra “fé”, o que favorece o ritmo ágil da canção: “/ Força / foco / e fé /”, por sinal, é constituído por dois troqueus (“força” e “foco”) e um jambo (“e fé”). O termo “Força” apelava emocionalmente para o estado de saúde do candidato (que veio a falecer meses após a vitória), mas também anunciava uma segunda gestão vigorosa (ironia tremenda, considerando o modo como os professores são tratados durante manifestações por melhores condições de formação e trabalho). “Foco” remetia ao mundo *business* e, simultaneamente, para as prioridades do governo (a peça publicitária repetia, à exaustão, imagens do candidato a “vistoriar” hospitais). A palavra “fé” é autoexplicativa: o partido pretendia sugerir religiosidade cristã do candidato e angariar o voto dos que acreditam em Deus.

Os homens especializados em *marketing* aprenderam que toda campanha política deve se pautar pelo signo da repetição. Em meados da década de 1980, a campanha de Orestes Quércia reproduzia a sentença “O sol nasceu pra todos e também para você: vote Quércia, vote Quércia, PMDB”. Repare-se que a sonoridade importa mais que a lógica dos versos. Os compositores recorreram à falácia de que “o sol nasce para todos”, o que não procede, já que as condições de existência não são as mesmas. O primeiro verso afirma “todos”, mas inclui o “para você”. A letra não faz sentido; mas o ritmo (todas as palavras são monossílabos ou dissílabos) e a rima (“para você”, “P-M-D-B”) ajudam o telespectador a gravar letra e música, internalizando a premissa que poderíamos traduzir como “todos têm as mesmas oportunidades; basta correr atrás”.

Na década seguinte, Paulo Salim Maluf lançou o bordão “Maluf faz, faz, faz, a gente viver em paz, paz, paz, paz, paz”. A campanha alternava antigos rifões do candidato (“Vou botar a ROTA na rua”) com novas promessas. A vinheta emendava o “f” do sobrenome ao verbo “fazer”, condicionando que a ação do governante traria segurança à população. A repetição do verbo (“faz, faz, faz”) favorecia o ritmo ágil,

fixava a ideia de proatividade e rimava com o substantivo, ao final (“paz, paz, paz”), a sugerir que a paz decorria de providências que somente Maluf poderia adotar. Nos três casos, o léxico simplório e os clichês reforçavam (e eram reforçados) pela sonoridade das vinhetas. Essas chamadas eram incessantemente repetidas, a intervalos regulares. Soavam como mantras, no sentido negativo do termo, e pretendiam ser inoculadas pela memória passiva da audiência. Esse recurso, fundamental quando o programa fosse veiculado no rádio, ganhava ainda mais força quando se associava a imagens multicoloridas na tevê. Seria desnecessário ressaltar que a repetição de falas preconceituosas e imprecisões serviu como um dos expedientes mais utilizados pela equipe do atual desgoverno federal, meses antes de assumir a presidência. Para pasmo geral, presidente, filhos, ministros e assessores prosseguem a disseminar *fake News*, cortar verbas de áreas essenciais, revogar direitos, enaltecer o alto empresariado, proteger setores ligados às milícias, desproteger a natureza, substituir figuras que lideram investigações de corrupção, bater continência aos Estados Unidos e confundir religiosidade com hipocrisia de líderes midiáticos.

Em discurso à imprensa, pronunciado em 13 de abril de 2004¹², George Bush declarou o seguinte: “Continuaremos com o maior zelo, prevenindo males aos civis inocentes; contudo não permitiremos que o caos e a violência se espalhem.” (tradução minha). O então presidente dos Estados Unidos se referia à disposição das tropas estadunidenses, teoricamente em favor de levar a “liberdade” e promover a “paz” no Iraque. Do começo ao fim, o texto é um poço de contradições; mas devemos recordar que elas não se restringem a Bush. São reiteradas por praticamente todos os mandatários do planeta, a cada guerra que “pretendiam evitar”, mas promoveram – para deleite de parte expressiva da população, enriquecimento da indústria bélica e incremento do poder de barganha com outros países.

Há três componentes fundamentais no discurso neoimperialista: 1) a postura arrogante de seus porta-vozes (sejam eles “democráticos” ou “republicanos”); 2) o emprego de palavras que mal disfarçam a violência dos métodos que se pretendem autojustificáveis (neste caso, “não permitiremos”); 3) a ocultação da evidência de que o “caos” e a “violência” são potencializados, senão levados em primeira mão, justamente por “democracias” que invadem países em nome de “valores” que fingem defender. Ao

¹² We will continue taking the greatest care to prevent harm to innocent civilians, yet we will not permit the spread of chaos and violence. (Cf. <https://www.nytimes.com/2004/04/13/politics/text-of-president-bushs-press-conference.html>).

final da entrevista, concedida aos principais veículos da grande mídia, Bush reproduziu esta sentença: “Como maior potência na face da Terra, temos a obrigação de ajudar a propagar a liberdade” (tradução minha)¹³. Eis os elementos que caracterizam o discurso oficial: 1) a prepotência manifesta: “Como *maior potência na face da Terra*”; 2) a contradição de termos: “temos a *obrigação* de propagar a *liberdade*”; 3) a ocultação de que o conceito de “liberdade” para os Estados Unidos, costuma redundar em massacre de outros povos, com lucros bilionários do país invasor.

Um sintoma de que o neoliberalismo extrapolou todos os limites da humanidade, está no volume de publicações sobre essa face mais voraz e perversa do capitalismo. Um dos primeiros trabalhos de fôlego que circulou no Brasil, foi a coletânea *Pós-neoliberalismo*, organizada por Emir Sader e Pablo Gentili, em 1995. O ensaio inicial, assinado por Perry Anderson, é uma ótima síntese histórica das faces política e econômica dessa ideologia. O historiador relembra que “a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973” foi o pontapé para a implementação das prerrogativas neoliberais:

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicatórias sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 2012, p. 10).

Importa lembrar o que aconteceu no Chile – cenário do que é considerada a primeira (e trágica) experiência neoliberal na América Latina, sob a batuta dos Estados Unidos –, terra da liberdade e lar dos bravos. A data não é mera coincidência. No mesmo período, cinco anos após o golpe de 1968, os militares brasileiros aprimoravam as técnicas de emboscada, interrogatórios torturantes e o assassinato seguido da desova dos corpos de agentes da esquerda internacionalista, subversivos em geral, simpatizantes do comunismo etc. Em seu incontornável *Fórmula para o Caos*, Moniz Bandeira mostrou que:

O Brasil e o Chile, onde havia instituições democráticas mais sólidas e estáveis, eram, entretanto, os países que mais preocupavam o governo dos Estados Unidos, devido ao avanço das tendências de esquerda. E aí, já não bastava a técnica do *coup d’État*, mas a técnica para criar as

¹³ And as the greatest power on the face of the earth, we have an obligation to help the spread of freedom (Cf. <https://www.nytimes.com/2004/04/13/politics/text-of-president-bushs-press-conference.html>).

condições objetivas, tanto econômicas quanto sociais e políticas, que compelissem as Forças Armadas a desfchá-lo. E a essa tarefa a CIA se dedicou, através de *spoiling operations*, operações de engodo, uma das quais consistia em penetrar nas organizações políticas, estudantis, trabalhistas e outras para induzir artificialmente a radicalização da crise, mediante longo período de agitação e profunda desorganização social, aguçamento da luta de classes, de maneira a solapar as bases sociais e políticas de sustentação do governo e a favorecer sua derrubada por meio de um golpe militar. (BANDEIRA, 2008, p. 85).

Em suma, desde meados da década de 1970, três pilares do neoliberalismo passaram a orientar as decisões dos países mais ricos do ocidente, a saber: 1) manutenção do Estado forte em prol das instituições financeiras, reduzindo-se a alocação de verbas para gastos sociais; 2) disciplina orçamentária, com vistas a assegurar a estabilidade da moeda; 3) implementação de reformas fiscais que beneficiassem os agentes econômicos e não as classes mais humildes (ANDERSON, 2012). De acordo com Wendy Brow:

O termo ‘neoliberalismo’ foi cunhado no Colóquio Walter Lippman¹⁴ em 1938, numa reunião de acadêmicos que laçou as bases político-intelectuais daquilo que uma década depois se tornaria a Sociedade Mont Pelèrin. O neoliberalismo é mais comumente associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigáveis para investidores estrangeiros. Tais eram precisamente as políticas impostas ao Chile por Augusto Pinochet e seus assessores, os ‘Chicago Boys’, em 1973 e logo depois levadas para outras partes do Sul global, muitas vezes impostas pelo Fundo Monetário Internacional na forma de mandatos de ‘ajuste estrutural’ vinculados à reestruturação dos empréstimos e da dívida. (BROWN, 2019, p. 25-26).

Os pontos culminantes da virada neoliberal (que coincide com a regulamentação do capital fracionário) foram os governos de Margaret Thatcher, entre 1979-1990, e a gestão Ronald Reagan, entre 1981 e 1989. Curiosamente, o final dos mandatos da primeira-ministra inglesa e do presidente estadunidense coincide com uma nova crise do capitalismo, em 1991. Os anos que se seguiram passaram a ser conhecidos como a

¹⁴ A palavra mais importante na reflexão de Lippman é *adaptação*. A agenda do neoliberalismo é guiada pela necessidade de uma adaptação permanente dos homens e das instituições a uma ordem econômica intrinsecamente variável, baseada numa concorrência generalizada e sem trégua. A política neoliberal é requerida para favorecer esse funcionamento, combatendo os privilégios, os monopólios e os rentistas. Ela visa a criar e preservar as condições do sistema concorrencial. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 89-90).

segunda investida neoliberal (e algo similar aconteceu após a crise mundial de 2008). Essas crises cíclicas no sistema sempre afetaram o Brasil e autorizaram medidas de “austeridade”. Francisco de Oliveira (2012, p. 26) mostrou que “[...] a função pedagógica perversa da hiperinflação foi administrada a conta-gotas durante a primeira parte do governo Itamar, precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal [...]”, o que viria a ser concretizado no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, obediente ao receituário neoliberal. Emir Sader supunha, em 1995, que

No Brasil, o neoliberalismo joga sua cartada mais importante, provavelmente decisiva para seu futuro no continente. Contando com as experiências positivas e negativas da Argentina e do México, a coalizão neoliberal brasileira buscará formas heterodoxas de imposição, em meio a alianças com as elites e a direita política, tentando provar que, sem essas forças, qualquer transformação do país é impossível. (SADER, 2012, p. 37).

Em 1999, Noam Chomsky editou *O Lucro ou as Pessoas?*, outro petardo contra a falácia neoliberal. Após contextualizar a origem e os pressupostos do Consenso de Washington, realizado 10 anos antes, Chomsky descreve um antigo experimento estadunidense com o Brasil:

Gerald Haines diz que os Estados Unidos vêm usando o Brasil desde 1945 como ‘área de teste para os modernos métodos científicos de desenvolvimento industrial baseado no capitalismo intensivo’ [...] Quando o desastre começou a atingir os ricos, os ‘modernos métodos’ se transformara de uma hora para outra em prova dos males do estatismo e do socialismo – outra transição rápida que ocorre sempre que necessário. (CHOMSKY, 2018, p. 30).

Como sabemos, “liberdade”¹⁵, “concorrência” e “modernização” são termos muito caros aos ideólogos do neoliberalismo, especialmente porque o significado deles não condiz, filosoficamente, com a visão que temos desses conceitos. Pierre Dardot e Christian Laval oferecem uma excelente síntese sobre os impactos do neoliberalismo nas sociedades em que foi implementado:

¹⁵ Hayek entendia que o Estado deveria limitar-se a garantir o bom funcionamento da livre-concorrência, definindo regras universais que procederiam como meios de garantir as condições necessárias para o desenvolvimento da ordem econômica e nunca enquanto uma finalidade em si. A função do governo seria, assim, aquela da proteção das liberdades individuais, isto é, garantir que os indivíduos pudessem agir unicamente motivados por seus interesses próprios. (SILVA *et al*, 2021, p. 83).

O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais, e para além delas, em todas as sociedades que as seguem no caminho da ‘modernidade’. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada. Intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Dentre as falácias que estão no cerne da ideologia neoliberal, podemos começar pela “austeridade”. Vladimir Safatle percebeu que as chamadas políticas de austeridade costumam ser embaladas por uma pseudomoralidade: “[...] ser contra a austeridade é, inicialmente, uma falta moral, um desrespeito ao trabalho de terceiros, além de uma incapacidade infantil de retenção e poupança.” (SAFATLE, 2021, p. 18). O discurso neoliberal introjeta o argumento da falha pessoal (*failure*). Em empresas e instituições de renome, o candidato a empreendedor redescobre que “querer é poder” – comando que lembra chavões sem comprovação, tais como “Deus ajuda quem cedo madruga” ou “o trabalho enobrece”.

É de se suspeitar que o Brasil seja um cenário propício para a aplicação bem-sucedida do neoliberalismo, já que nossa sociedade neocolonizada, quando não age em prol das desigualdades socioeconômicas, mostra-se absolutamente indiferente à miséria que avança pelas ruas. Rubens Casara considera imprescindível que o país leve a sério o trauma da escravidão, com vistas a evitar a perpetuação de mecanismos que pretendem justificar a absurda desigualdade entre seus habitantes:

O Brasil foi construído a partir da naturalização da escravidão, ou seja, a partir de um imaginário que aceita a humilhação, a desumanização e o castigo físico de pessoas. É a escravidão, e o fato dessa ideia nunca ter chegado a ser desconstruída no Brasil, que levou à construção de um imaginário que permite o prazer em humilhar aqueles que são considerados *inferiores sociais* e que reserva à elite, em especial àqueles que detêm o poder econômico, a gestão do Estado diante da crença da *incapacidade* do povo (de cuidar de seus próprios interesses). (CASARA, 2021, p. 61).

Engana-se quem supõe que a ideologia neoliberal nasceu de repente. Por sinal, uma das pistas mais importantes para entender e desconstruir o discurso neoliberal está em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de Engels: “A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa”. Ele afirmava que essa guerra “[...] não se trava apenas entre as

diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro.” (ENGELS, 2010, p. 117). O livro foi publicado em 1845, ou seja, praticamente um século antes de a palavra *concorrência* ser positivada como virtude do homem de negócios – como se vê em manuais que seguem a mesma toada doutrinária de Dale Carnegie. A esse respeito, é interessante como uma das obsessões da direita e extrema-direita reside no potencial doutrinário dos professores. Agrupamentos como Escola sem Partido costumam ser conglomerados de pessoas que fingem acreditar na existência de discursos neutros, isentos de intenções e infensos a ideologias.

O neoliberalismo torna-se, então, uma racionalidade, isto é, um modo de compreender e atuar no mundo, capaz de produzir mutações sobre tudo e todos. Muda o funcionamento das instituições. Muda o relacionamento entre as pessoas. Muda a imagem que cada pessoa faz de si. Uma racionalidade que, para facilitar os ‘cálculos de interesse’, gera classificações, tais como ‘desejáveis’ e ‘indesejáveis’; ‘amigos’ (do mercado) e ‘inimigos’. Um modo de pensar e atuar no mundo que redefine vocabulários, empobrece a linguagem, demoniza culturas políticas, modifica hábitos cidadãos, relativiza direitos fundamentais e inviabiliza práticas democráticas. Sob a égide da racionalidade neoliberal, todas as esferas da vida passam a ser pensadas e avaliadas a partir de critérios econômicos, em termos de cálculos, com o objetivo de obter vantagens e lucros. (CASARA, 2021, p. 103).

Respaldado pela iniciativa pessoal (“não fracasse”) e pela livre concorrência (“a competição é compulsória”); empurrado pelo mata/mata das relações ditas “modernizadas”, o discurso neoliberal mais interessa a quem tem e retém. Afinal, “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 72). Portanto, temos dois problemas. O primeiro deles se relaciona com a autoridade de propagadores e defensores da precarização como estatuto de sobrevivência. O segundo, com o fato de as falácias serem reproduzidas justamente por aqueles que mais trabalham e menos lucram. A alternativa a nosso alcance é compartilhar ferramentas que permitam aos assalariados, autônomos e pequenos empreendedores desconfiar das premissas que fazem deles suas primeiras vítimas. Obviamente, o ideário neoliberal não teria se materializado, se não fosse por intermédio da palavra. Portanto, talvez precisemos fazer o caminho inverso: localizadas as fontes de onde provêm essas “ideias”, refutar o discurso com o fito de abalar a convicção de quem acredita piamente que tudo se resume à meritocracia, ao empenho e à disposição para estudar, trabalhar e, claro, vencer.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo** – as políticas sociais e o Estado democrático. 11. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- ASSIS, M. de. **Dom Casmurro**. 2. ed. 2. reimp. Cotia: Ateliê, 2014.
- ASSIS, M. de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Antofágica, 2019.
- BENDER, J.; WELLBERY, D. E. Rhetoric Today. *In*: BENDER, J.; WELLBERY, D. E. **The Ends of Rhetoric: history, theory, practice**. Stanford: Stanford University Press, 1990, p. 3-39.
- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. Trad. Mario Antunes Marino; Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BUSH, G. **Text of President Bush's Press Conference**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2004/04/13/politics/text-of-president-bushs-press-conference.html> - Acesso em: 25 maio 2022.
- CARNEGIE, D. **Como amigos e influenciar pessoas**. Trad. Livia de Almeida. Rio de Janeiro: Sextantes, 2019.
- CASARA, R. **Contra a miséria neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**. 8. ed. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ELDRITCH, A.; STEINMAN, J. More. The Sisters of Mercy. **Vision Thing** [CD]. Leeds/Londres: Merciful Release, 1990.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 2. ed. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FISH, S. **Como escrever e ler uma sentença: um guia de estilo e argumentação para criar frases de impacto**. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Saraiva, 2012.
- HANSEN, J. A. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33. 11-46, 2013.
- HANSEN, J. A. Lugar-comum. *In*: MUHANA, A. *et al.* **Retórica**. São Paulo: IEB-USP/Annablume, 2012, p. 159-177.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. Trad. Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LIMA BARRETO. **Os Bruzundangas**. Rio de Janeiro: Garnier, 1998.

MANSON, M. **A sutil arte de ligar o f*da-se**: uma estratégia inusitada para uma vida melhor. Trad. Joana Faro. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEYER, M. **A retórica**. Trad. Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

OLIVEIRA, F. de. Neoliberalismo à brasileira. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo** – as políticas sociais e o Estado democrático. 11. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 24-28.

REBOUL, O. **Introdução à Retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SADER, E. A hegemonia liberal na América Latina. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo** – as políticas sociais e o Estado democrático. 11. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 35-37.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. *In*: SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 17-46.

SILVA, D. P. *et al.* Matrizes psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito de liberdade. *In*: SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 77-122.

SOARES, M. N. L. **Machado de Assis e a análise da expressão**. Rio de Janeiro: INL, 1968.

SOUZA, R. A. de. A retórica no Brasil do século XIX: dos anos de glória à perdição. *In*: COURTINE, J. J.; PIOVEZANI, C. (Org.). **História da fala pública**: uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 185-201.

Data de submissão: 06/02/2022

Data de aprovação: 10/04/2022